

UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

FACULDADE DE DIREITO

Licenciatura em Direito

UNIDADE CURRICULAR “DIREITO DAS FINANÇAS PÚBLICAS”

3º ANO (1º SEMESTRE) - ANO LETIVO 2021/2022

EXAME - 21 DE JANEIRO DE 2022

COMPONENTE A

DURAÇÃO: 70 MINUTOS

COTAÇÃO: 15,0 VALORES

Docente: Miguel Teixeira Coelho

- A Componente A do Teste é constituída por três partes:
 - Parte I – Escolha Múltipla (6,3 Valores)
 - Parte II – Verdadeiro/Falso (5,6 Valores)
 - Parte III – Diversos (3,1 Valores)
 - A **resposta certa** a cada uma das perguntas de escolha múltipla vale 0,70 valores.
 - A **resposta certa** a cada uma das perguntas de verdadeiro/falso vale 0,70 valores.
 - Nas questões de resposta múltipla, e **caso assinale mais do que uma alternativa, a sua resposta não será considerada.**
 - As **perguntas** de escolha múltipla e de Verdadeiro/Falso serão **respondidas nas folhas do enunciado.**
-

Boa Sorte

Número de Código:

TÓPICOS RESOLUÇÃO

PARTE I

Questões de Resposta Múltipla (9 x 0,7 Valores = 6,3 Valores)

1. A Despesa Pública consiste na utilização de recursos por entidades públicas na aquisição de bens ou serviços para a satisfação das necessidades públicas. Podemos afirmar que o elemento finalístico da Despesa Pública está ligado:
- a. À utilização dos recursos;
 - b. À satisfação das necessidades públicas;
 - c. Ao agente que utiliza os recursos;
 - d. Nenhuma das anteriores.
2. O governo português tem autonomia para a definição das seguintes políticas:
- a. Política Comercial e Política Orçamental;
 - b. Política Monetária e Política Comercial;
 - c. Política Cambial e Política Monetária;
 - d. Política Orçamental e Política de Rendimentos e Preços.
3. Considere a seguinte tabela com dados sobre a taxa marginal de IRS e os respetivos escalões em que se aplicam:

Escalão	Hipótese A Taxa Marginal	Hipótese B Taxa Marginal
Até 10.000€	10%	15%
De 10.000€ a 20.000€	20%	15%
Mais de 20.000	40%	15%

Com base na tabela supra, e sabendo que o rendimento de um determinado contribuinte é de 30.000€, podemos afirmar que:

- a. Na hipótese A a taxa de imposto é progressiva e o valor de imposto a pagar é de 6.000€;
 - b. Na hipótese B a taxa de imposto é proporcional e o valor de imposto a pagar é de 4.500€;
 - c. Na hipótese B a taxa de imposto é proporcional e o valor de imposto a pagar é de 3.000€;
 - d. Nenhuma das anteriores.
4. O Sistema Previdencial (Componente de Repartição) Segurança Social não tem como fonte de financiamento:
- a. Contribuições das Empresas;
 - b. Quotizações dos Trabalhadores;
 - c. IVA;
 - d. Transferências do Orçamento do Estado.

5. Considere dois grupos (A e B) representados num dado parlamento. Admita que o grupo A tem 51% dos deputados e o Grupo B tem 49% dos deputados. Admita que o Parlamento está a votar uma determinada proposta. Nestas circunstâncias, podemos afirmar que:
- a. Se a votação for por maioria, então a solução aprovada não prejudicará o Grupo A.
 - b. Se a votação for por maioria, então a solução aprovada pode prejudicar o Grupo B.
 - c. Se a votação for por unanimidade, então a solução aprovada não prejudicará o Grupo B.
 - d. Todas as anteriores.
6. No contexto dos procedimentos por défices excessivos, identifique a afirmação que não é verdadeira:
- a. Para os países da UE cuja dívida exceda os limites definidos, a Comissão Europeia prepara um relatório para avaliar se deve ou não lançar um procedimento relativo a défices excessivos.
 - b. Se o Conselho decidir que um défice é excessivo, faz recomendações ao país em causa e estabelece um prazo máximo para que este tome medidas eficazes;
 - c. Se um país persistir em não aplicar as recomendações, o Conselho pode decidir enviar-lhe uma notificação formal para que tome medidas de redução do défice num prazo determinado;
 - d. Se o país não cumprir as decisões do Conselho, o Parlamento Europeu pode decidir impor sanções.
7. De acordo com a Lei das Finanças das Regiões Autónomas (Lei Orgânica n.º 2/2013 de 2 de setembro), qual das seguintes afirmações não é verdadeira?
- a. Constitui receita de cada região autónoma o imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC), devido por pessoas coletivas ou equiparadas que tenham sede, direção efetiva ou estabelecimento estável numa única região;
 - b. As regiões autónomas podem, nos termos dos respetivos estatutos político-administrativos e da presente lei, contrair dívida pública fundada e flutuante.
 - c. A contração de dívida fundada não carece de autorização das respetivas Assembleias Legislativas
 - d. Para fazer face a necessidades de tesouraria, as regiões autónomas podem emitir dívida flutuante cujo montante acumulado de emissões vivas em cada momento não deve ultrapassar 0.35 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos últimos três exercícios.

8. As receitas do Estado provenientes das reprivatizações serão exclusivamente utilizadas, separada ou conjuntamente, para:
- a. Amortização da dívida pública;
 - b. Amortização da dívida do sector empresarial do Estado;
 - c. Serviço da dívida resultante de nacionalizações;
 - d. Todas as respostas anteriores.
9. Qual dos seguintes elementos não está associado aos impostos?
- a. Prestações pecuniárias;
 - b. Obrigação unilateral;
 - c. Exigida coercivamente
 - d. Implica uma contrapartida imediata e direta para quem paga.

PARTE II

Questões de Resposta Verdadeiro/Falso (8 x 0,7 Valores = 5,6 Valores)

Diga se as seguintes afirmações, são verdadeiras (V) ou falsas (F):

Q1	A Desorçamentação é o processo pelo qual parte das despesas e das receitas que antes eram objeto de relevação orçamental passam a estar na esfera de entidades fora do âmbito das Administrações Públicas não ficando sujeitas ao controlo financeiro da execução do OE.	V
Q2	Uma Cativação corresponde a uma retenção de parte dos montantes orçamentados no lado da despesa que se traduz numa redução da dotação disponível dos serviços e organismos. A libertação dessas verbas (descativação) é, regra geral, sujeita à autorização das respetivas áreas orgânicas.	F
Q3	A aplicação correta e coerente das regras em matéria de contratação pública reverte em benefícios de eficiência e eficácia na realização da despesa pública. A violação das regras da contratação pública poderá dar origem apenas sanções de natureza reintegratória por parte do Tribunal de Contas.	F
Q4	A obrigatoriedade de todos os condutores terem um seguro automóvel de cobertura de riscos contra terceiros é uma forma de mitigar o risco moral (moral hazard)	F
Q5	Os municípios têm direito, em cada ano, a uma participação variável até 15 % no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial.	F
Q6	A autonomia financeira das regiões autónomas traduz-se na existência de património e finanças próprios e reflete-se na autonomia patrimonial, orçamental e de tesouraria.	V
Q7	Uma determinada Entidade Adjudicante lançou dois procedimentos por ajuste direto para a construção de um armazém. A construção das paredes foi adjudicada à empresa ZZT no montante de 50.000€ enquanto a construção do pavimento foi adjudicada à empresa XPTO por 50.000€. O Tribunal de Contas considerou a atuação da Entidade Adjudicante como fracionamento da despesa.	V
Q8	De acordo com Paecok-Wiseman o crescimento da despesa pública não apresenta relação com o crescimento económico. O que determina o aumento da despesa pública é a capacidade do Estado aumentar os recursos disponíveis via aumento da tributação. Segundo eles, em períodos de crise económica há uma forte resistência da sociedade para aumentos da carga tributária enquanto na fase de estabilidade económica não há resistência ao aumento de impostos.	F

PARTE III

**Questões Diversas
(3,1 Valores)**

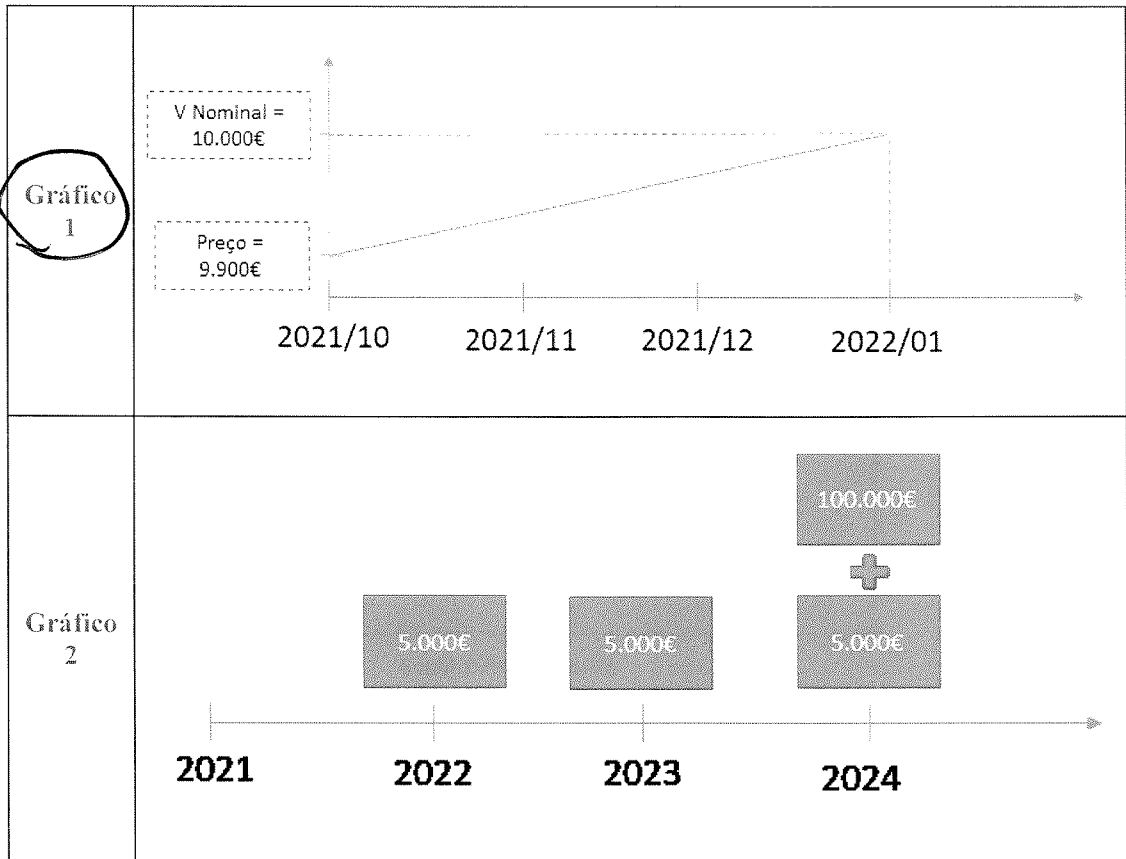
Q1	A elaboração e aprovação do Orçamento de Estado obedece a um conjunto de etapas. Identifique a sequência das etapas identificadas infra (onde 1 é a primeira Etapa e 6 a última Etapa). (0,6 Valores)
----	--

Etapa	Ordenação
Ministro das Finanças apresenta proposta de Lei do OE na Comissão de Orçamento.	3
O OE é apresentado e discutido na AR, onde são debatidos e votados os princípios e disposições gerais.	4
votação na especialidade, ou seja, artigo a artigo, alínea a alínea, feita em Comissão mas também em Plenário (nas situações em que a matéria em discussão assim o exija)	5
O texto é publicado no diário da Assembleia e enviado para o Presidente da República que o apreciará.	6
Recolha de informação orçamental nos Ministérios	1
Governo (Ministro das Finanças) apresenta proposta de Lei do OE, juntamente com as Grandes Opções do Plano (GOP), à Assembleia da República (Presidente na AR).	2

Q2	Faça corresponder, através de uma seta, as falhas de mercado da Coluna I com a Descrição da Coluna II (0,8 Valores)
----	--

Falha de Mercado Coluna I	Descrição Coluna II
Bens Públicos	Ausência de mercados concorrencias (i.e., Monopólio, oligopólio, etc.), resultado, por exemplo, da existência de barreiras à entrada.
Externalidades	Existência de bens em que, pelas suas características, se torna difícil obter acordos voluntários para a sua provisão.
Poder de Mercado	Ocorre quando uma das partes possui mais informações acerca de um produto ou serviço do que a outra parte
Assimetrias Informação	Situação em que a ação de certos agentes afeta o bem-estar de outros, não sendo essa ação devidamente refletida no sistema de preços.

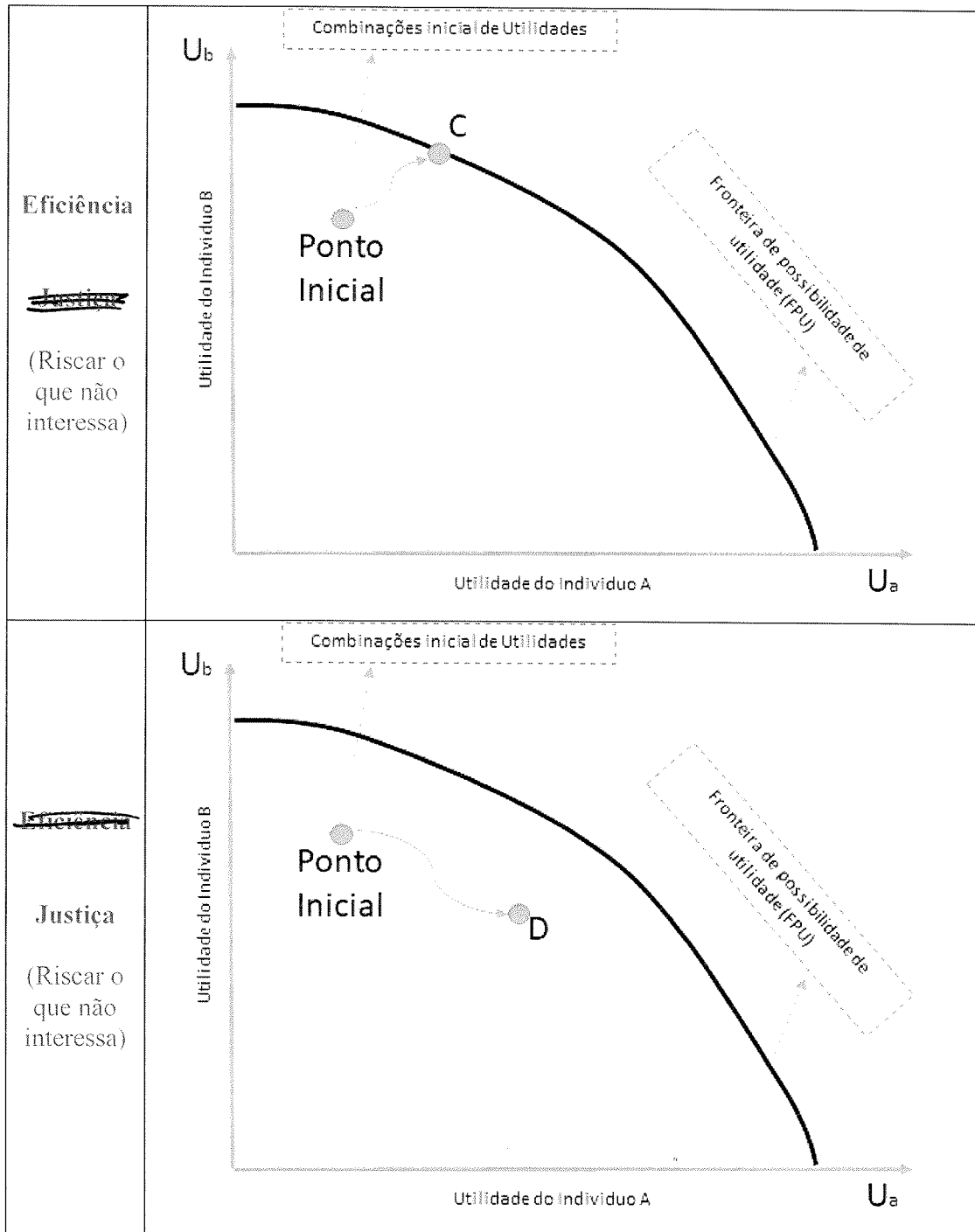
Q3 Considere os gráficos infra no qual se apresenta a estrutura de pagamento de dois instrumentos utilizados para o financiamento do Estado: Obrigações do Tesouro e Bilhetes do Tesouro.
Com base nesta informação sinalize infra qual dos gráficos corresponde ao Papel Comercial. (0,25 Valores)



Q4 As Despesas Públicas podem ser classificadas em 3 categorias (LEO – Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro).
Faça corresponder, através de uma seta, as classificações com a Descrição da Coluna II (0,6 Valores)

Classificação Coluna I	Descrição Coluna II
Classificação Funcional	Apresentação da despesa pelas unidades administrativas em que estão integradas (não nos dá uma visão dos fins desses gastos) - Ministérios.
Classificação Económica	Dá a conhecer a atividade do Estado, quanto à natureza das suas funções e quanto ao custo de cada uma delas, facilitando a identificação das prioridades do Estado na satisfação das necessidades coletivas.
Classificação Orgânica	Apresenta a despesa dividida em gastos correntes e formação bruta de capital fixo (FBCF).

Q5 Tendo por base os dois gráficos infra (que representam a fronteira de possibilidade de utilidade), identifique o gráfico que representa a intervenção do Estado por questões de eficiência e a que representa uma intervenção por questões de justiça social. (Risque o que não interessa) (0,25 Valores)



Q6	Faça corresponder, através de uma seta, as receitas tributárias da Coluna I com a Descrição da Coluna II (0,6 Valores)
----	--

Receitas Tributárias Coluna I	Descrição Coluna II
Impostos	Encargos tributários que de forma mais ou menos completa recorrem ao princípio do benefício como forma de legitimação e parâmetro da distribuição dos encargos tributários.
Taxas	Prestações pecuniárias de natureza corrente devidas em cumprimento de uma obrigação legal, unilaterais, exigidas coercivamente pelo Estado – embora não sejam nem sancionatórias nem compensatórias -, sem uma contrapartida imediata e direta para quem paga.
Contribuições	Prestação pecuniária, exigida por uma entidade pública, em contrapartida de prestação administrativa efetivamente provocada ou aproveitada por um sujeito passivo.

